



002 36

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE AGRAVO Nº: 0201031-3/01

COMARCA: Petrolina ✓

AGRAVANTE: Estado de Pernambuco

AGRAVADA: Metalúrgica Novo Nordeste Ltda.

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

5524

EMENTA: EXECUÇÃO FISCAL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO LEGAL INTERPOSTO CONTRA DECISÃO COLEGIADA. NÃO CABIMENTO. 1. Nos termos do art. 557, § 1º, do CPC, o recurso de agravo deve ser interposto em face de decisão monocrática que negar seguimento a recurso. 2. No caso, o agravo foi interposto em face de acórdão que deu provimento parcial a recurso de apelação. 3. Decisões colegiadas, consubstanciadas em acórdão, não desafiam o recurso de agravo. 4. Recurso de Agravo não conhecido, por unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Recurso de Agravo nº 0201031-3/01, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do relator, que integra o acórdão.

Recife, 28 de janeiro de 2010 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA
8ª CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE AGRAVO Nº: 0201031-3/01
COMARCA: Petrolina
AGRAVANTE: Estado de Pernambuco
AGRAVADA: Metalúrgica Novo Nordeste Ltda.
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

RELATÓRIO


Trata-se de **Recurso de Agravo** interposto pelo Estado de Pernambuco, em face de **acórdão** prolatado pela 8ª Câmara Cível que deu provimento parcial ao apelo, afastando a extinção do processo sem resolução do mérito, com baixa na distribuição, determinando apenas o arquivamento dos autos, sem baixa na distribuição, com base no RESp 1.111.982 – SP, Rel. Min. Castro Meira.

O acórdão foi disponibilizado no diário Oficial Eletrônico do Estado – Poder Judiciário em 18 de dezembro de 2009, e o presente “recurso de agravo” foi protocolado em 07 de janeiro de 2010, sustentando que (i) a decisão atacada contraria o conteúdo da Súmula Vinculante nº 10 do STF, “*que preceitua a impossibilidade de ser afastado dispositivo de lei estadual sem a sua declaração de inconstitucionalidade pelo Plenário*” e (ii) o acórdão em tela choca-se com a diretriz jurisprudencial encartada no Recurso Especial nº 1.125.627/PE, Rel. Min. Teori Zavascki (submetido à Lei dos Recursos Repetitivos).

Dá-se seguimento ao presente Recurso de Agravo.

É o relatório.

Recife, 28 de janeiro de 2010.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



003
18
1

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA
8ª CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE AGRAVO Nº: 0201031-3/01
COMARCA: Petrolina
AGRAVANTE: Estado de Pernambuco
AGRAVADA: Metalúrgica Novo Nordeste Ltda.
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

VOTO

Preliminar de não conhecimento

Suscito, de proêmio, a preliminar de **não conhecimento** do presente **recurso de agravo**.

Isso porque o recurso de agravo, conforme o art. 557 e seus parágrafos, do CPC, deve ser interposto em face de decisão do Relator que negar seguimento a recurso (decisão **monocrática**, portanto).

O artigo 557, §1º, do CPC, tem a seguinte redação:

"Art. 557. O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior.

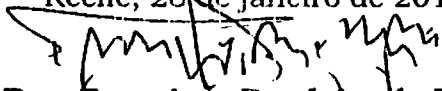
§ 1º-A - omissis

§ 1º. Da decisão caberá agravo, no prazo de cinco dias, ao órgão competente para o julgamento do recurso, e, se não houver retratação, o relator apresentará o processo em mesa, proferindo voto; provido o agravo, o recurso terá seguimento".

Todavia o presente recurso de agravo foi interposto em face de **acórdão** que **rejeitou** recurso (decisão colegiada). Como cediço, decisões colegiadas não desafiam recurso de agravo.

Ante o exposto, **não conheço** da presente iniciativa recursal. É como voto.

Recife, 28 de janeiro de 2010.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator